

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Jaques Wagner critica: "Houve açodamento"

Recusa de ministério cai no colo de Gleisi

O governo construiu uma argumentação para tentar reduzir os danos da recusa do líder do União Brasil, Pedro Lucas (MA), em aceitar o convite para ser ministro das Comunicações. A argumentação, no entanto, acaba jogando no colo da ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Gleisi Hoffmann, a responsabilidade pelo rolo, embora sem citá-la

diretamente. "Alguém andou falando demais e se precipitando", disse ao Correio Político o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Segundo Wagner, a reunião que houve no dia 10 de abril não teria cravado que Pedro Lucas seria o ministro. "Ele disse que precisava de uns dias para resolver questões internas. Certamente, não conseguiu", disse Wagner.

Açodamento

O líder foi duro: "É preciso parar com esse tipo de confusão e açodamento". Bem, quem no dia 10 de abril disse que Pedro Lucas seria o ministro foi Gleisi. Naquele dia, a ministra disse que Lucas precisava de alguns dias, até o feriado da Páscoa, para assumir o Ministério.

Tempo

Na verdade, segundo Jaques Wagner, o que Pedro Lucas teria dito é que precisava de uns dias para resolver as questões internas no União Brasil acerca da sua sucessão na liderança. O União Brasil é um partido fortemente dividido, numa guerra interna em torno do comando.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Recusa de Pedro Lucas é parte da briga interna

Sucessão no União chegou a virar caso de polícia

A briga pelo comando do União é tão intensa que chegou a virar caso de polícia. O atual presidente, Antonio Rueda, derrubou do cargo Luciano Bivar. Numa briga tão feia que Rueda chegou a acusar Bivar de ter tocado fogo em um casa de praia de sua propriedade. Bivar nega envolvimento no incêndio, mas a história

mostra a que ponto chegou a disputa. O partido é dividido entre os que apoiam o governo Lula e os que querem partir para a oposição. Tanto que o União é a primeira legenda a ter oficialmente um pré-candidato à Presidência em 2026, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Mas há ainda outras disputas internas de poder.

Indicações

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP) era o dono da indicação de Juscelino Filho (MA), que saiu das Comunicações denunciado por desvio no orçamento. Lucas é ligado a Rueda. Mas o presidente do União temeu tirá-lo da liderança e perder o comando da bancada.

Nomes

Mas Alcolumbre é o dono da bola. Tanto que é o padrinho do ministro da Integração, Valdez Góes, seu conterrâneo do Amapá, que nem filiado ao União Brasil é. O presidente do Senado teria indicado agora uma lista com cinco nomes para o Ministério das Comunicações.

Orçamento

Outro problema relacionado à escolha envolve justamente o orçamento que derrubou Juscelino. Alcolumbre é um dos donos da chave dos cofres das emendas. No fim das contas, o União Brasil tem em suas mãos mais dinheiro de emendas que o orçamento do ministério.

Pressa

O presidente interino do PT, senador Humberto Costa (PE), vai na mesma linha de Jaques Wagner. "Acho que confirmaram o que não estava confirmado", disse ele. A versão, então, livra o União Brasil de responsabilidade na recusa. Mas faz Gleisi pagar de precipitada.

União estuda candidatos para Comunicações

Recusa de líder em assumir ministério foi mal avaliada

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A recusa do líder da bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA), em assumir o Ministério de Comunicações abriu o questionamento sobre quem assumirá a pasta. Até o momento, os nomes cotados pelo União Brasil para assumir o comando do Ministério das Comunicações são: o deputado federal Damiano Feliciano (PB), o presidente da Telebras Frederico Siqueira Filho e o jornalista e presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional Miguel Matos. As informações foram confirmadas pelo Correio da Manhã nesta quarta-feira (23).

Ao Correio da Manhã, a cientista política e especialista em Legislativo da BMJ Consultores Associados Letícia Mendes destaca que os nomes cotados visam indicar alguém de perfil técnico para assumir a pasta. Especialmente no caso de Frederico Siqueira Filho, já que a Telebras é uma estatal que está dentro do próprio Ministério de Comunicações. Tido como o mais cotado, Siqueira Filho é próximo do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

No caso de Damiano Feliciano, ele é um parlamentar que "tem uma postura mais convergente com o governo". Além dele, a cientista política também avalia como possibilidade de ser nomeado para o cargo o deputado federal Moses Rodrigues (União Brasil-CE), que apresentou posicionamentos convergentes a pautas do



Frederico Siqueira Filho é um dos nomes cotados para ministério

governo, como a aprovação e a regulamentação da reforma tributária, e, portanto, "seria um outro nome que dentro da bancada partidária poderia compor o governo e com isso reduzir as rusgas".

"Uma saída meio termo seria um nome mais técnico, porque o União Brasil tem vivido um racha. O atual presidente [Antonio] Rueda tem ainda algumas rusgas em relação ao Davi Alcolumbre, e há outra ala, mais próxima do [governador de Goiás] Ronaldo Caiado e do [ex-prefeito de Salvador] ACM Neto, que estavam querendo desembarcar do governo. Então, talvez a melhor saída de fato seria um nome mais técnico e, com isso, o governo talvez enfrentasse menos dificuldades den-

tro da própria bancada", completou Mendes.

Entenda

Na noite de terça-feira (22), Pedro Lucas divulgou uma carta agradecendo a confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em lhe convidar para o cargo do ministério. Ele, porém, recusou o convite alegando que ele fará maior diferença atuando na liderança do partido.

"Sou líder de um partido plural, com uma bancada diversa e compromissada com o Brasil. Tenho plena convicção de que, neste momento, posso contribuir mais com o país e com o próprio governo na função que exerço na Câmara dos Deputados. A liderança me permite dialogar com diferentes forças

políticas, construir consensos e auxiliar na formação de maiorias em pautas importantes para o desenvolvimento do Brasil. Minhas mais sinceras desculpas ao presidente Lula por não poder atender a esse convite", manifestou o parlamentar.

A medida não foi bem avaliada pelo poder Executivo, especialmente porque dias o governo havia confirmado o nome de Pedro Lucas para assumir a pasta no lugar de Juscelino Filho (União Brasil-MA) – que pediu demissão do cargo após ser acusado de corrupção. Algumas alas mais radicais do governo queriam que o Executivo retaliasse o União Brasil e retirasse o partido do governo. Contudo, Lula precisa do apoio do partido – a terceira maior bancada na Câmara.

Motta: projeto do IR é prioridade do Congresso

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Motta garantiu a Haddad prioridade para o IR

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta quarta-feira (23) que nenhum projeto, incluindo o PL da anistia aos envolvidos nos atos golpistas, vai prejudicar o andamento da reforma do Imposto de Renda no Congresso Nacional.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda), por sua vez, prometeu apoio técnico ao relator, deputado Arthur Lira (PP-AL).

"A pauta do Imposto de Renda é uma prioridade no Parlamento, nós colocamos isso desde o primeiro momento", disse Motta em evento organizado pela CNN Brasil, que também teve a participação do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

Diálogo

Questionado se tivesse de escolher entre pautar o projeto do IR ou da anistia no plenário, o presidente da Câmara disse que tem buscado agir com serenidade e equilíbrio e pregou o diálogo.

Motta disse que tem conversado sobre o tema da anistia com líderes partidários, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e com membros do Judiciário e do Executivo. Na visão dele, o país não precisa de uma crise institucional em um cenário já de crise internacional, em referência à guerra tarifária deflagrada pelos Estados Unidos.

"As matérias legislativas

têm sua ordem de chegada, mas penso que, para a população brasileira, numa ordem de prioridade, a matéria do Imposto de Renda tem um apelo maior porque estamos tratando de possibilitar às pessoas que menos têm ter uma renda a mais", afirmou.

O projeto

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que isenta o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil por mês e cria um imposto mínimo para milionários. A proposta de compensação será cobrada de pessoas com ganhos a partir de R\$ 600 mil anuais. A alíquota será progressiva, até atingir o patamar máximo de

10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano.

Comissão

Segundo Motta, será instalada nos próximos dias a comissão especial que vai analisar o projeto do IR. "A comissão apresentará um calendário para que a matéria possa ser discutida e votada. Após a matéria sair da comissão, nós vamos levar ao plenário também, com toda a prioridade que o tema requer, até porque o prazo é até o fim do ano para que seja votada nas duas Casas", disse.

A comissão especial será presidida pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), um dos vice-líderes do governo na Câmara, e a relatoria ficará com Arthur Lira. Segundo

Motta, o ex-presidente da Câmara foi escolhido para a função por ser um deputado "experiente e com capacidade de diálogo com todos os campos políticos da Casa e com o setor produtivo."

"Nossa função é trabalhar para melhorar o texto do governo", afirmou o presidente da Câmara, que falou também em encontrar "a compensação menos danosa possível ao país".

No painel do evento, Haddad disse que ainda não teve oportunidade de discutir o projeto com Lira, mas que sabe as dúvidas que o ex-presidente da Câmara tem com relação à proposta.

"Não faltará apoio técnico do Ministério da Fazenda para ele formar o melhor juízo possível a respeito desse projeto, porque é um projeto muito bem pensado", afirmou o ministro. "Do nosso ponto de vista, sempre abertos ao diálogo, nós chegamos a um desenho muito satisfatório. Não vai machucar ninguém", acrescentou.

Gastos

Motta voltou a defender a necessidade de revisão de gastos para melhorar a eficiência da máquina pública, ressaltando que as pautas do governo e do Congresso devem caminhar juntas. "Não há como o Congresso enfrentar uma agenda dessa se não houver do Executivo também a concordância para se discutir esses temas", disse.

Nathalia Garcia/
Folhapress